

ATA NÚMERO ONZE

Aos sete dias do mês de outubro do ano dois mil e catorze, reuniu o Conselho Geral, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária com 3.º CEB José Macedo Fragateiro, pelas dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência da Presidente do Conselho Geral, Maria de Lurdes Ferreira, para dar cumprimento à ordem de trabalhos:

Ponto 1: Período antes da ordem do dia;

Ponto 2: Aprovação do relatório de execução do Plano de Atividades;

Ponto 3: Apreciação e aprovação do Plano Anual de Atividades para o ano letivo 2014/2015;

Ponto 4: Conclusão do Processo de Avaliação do Desempenho Docente da Diretora do Agrupamento de Escolas de Ovar;

Ponto 5: Temas diversificados que devem merecer atenção do Conselho Geral.

Ponto um: Período antes da ordem do dia.

Iniciou-se a reunião com a aprovação da ata n.º 10. A Presidente informou que a Comissão Permanente reuniu a semana passada para ultimar o processo de avaliação da Diretora. Assunto que será retomado no ponto 4 e que por questões inerentes ao mesmo será abordado no final da reunião.

No **Ponto dois:** Aprovação do relatório de execução do Plano de Atividades.

Sobre este, o conselheiro José Lopes pediu a palavra e leu o documento transcrito *“Começo esta apreciação ao Relatório de execução do Plano de Atividades recorrendo à sua parte final, em que no capítulo das conclusões a senhora Diretora agradece ainda aos assistentes operacionais e aos assistentes técnicos a colaboração e disponibilidade, assim como a sua dedicação e empenho nas tarefas/atividades sem necessidade de solicitações ou determinações especiais, para, como assistente operacional neste conselho geral, afirmar que gostaria de ver mais reconhecida na prática a nossa intervenção diária para uma efetiva melhoria da humanização em meio escolar. O que passaria pelo envolvimento, informação, sensibilização e formação dos assistentes operacionais para lidarem com os mais diversificados problemas, que em cada ano letivo, vão tentando de uma ou outra forma descobrir por iniciativa própria, para melhor responderem e atuarem segundo a sua experiência profissional. São vários os exemplos de casos, como diferentes espectros de autismo, que por uma qualquer razão, eventualmente ética, não se promove a devida comunicação com quem lida muito de perto com alunos, para se compreender e ficar desperto relativamente a diferentes comportamentos, que precisariam de maior e particular atenção de adultos,*

em alguns casos dedicados quase em exclusividade. Mas que, na ausência de partilha de informação preventiva e mesmo pedagógica, acabam por andar no seu mundo (que em certa medida também teremos de respeitar...) a vaguear pela escola, isolados dos colegas e quantas vezes, perante a indiferença da falta de assistentes operacionais da educação nas escolas cada vez mais desvalorizados no seu verdadeiro papel na relação privilegiada com os alunos. Dito isto, gostava agora de me debruçar sobre resultados escolares nos diferentes ciclos de ensino. Enquanto no 1º ciclo as taxas de sucesso, comparativamente com a média nacional são animadoras. Níveis que se mantêm também no 2º ciclo (5º e 6º anos), com particular destaque para 2013/2014 comparativamente com a nacional em que, o 6º ano se destacou ligeiramente. Chegamos entretanto ao 3º ciclo na fase em que foi concluída a fase de transição deste ciclo para a escola secundária e vimos o 7º e o 8º ano a aguentarem-se bem relativamente à média nacional, tanto em 2012/2013 como 2013/2014. Mas este esforço quebra-se no 9º ano nestes dois últimos anos letivos. Sendo de registar a recuperação ao nível dos 7º e 8º anos, como é reconhecido no relatório, "...continuaram a piorar no 9º ano...", chamando assim atenção para um quadro que identifica as taxas de sucesso entre 2008/2009 a 2013/2014 nos 7º, 8º e 9º anos. Os dados apresentados, são de facto inquietantes no caso do 9º ano que caiu acentuadamente nestes dois últimos anos letivos. Curiosamente, correspondentes ao alargamento do ex-Agrupamento de Escolas de Ovar à Escola Secundária e ainda à opção da transferência deste 3º ciclo para a escola sede. Já no que toca ao ensino secundário e por se tratar da fase final do ensino obrigatório, independentemente do percurso escolar e académico, que antecede a entrada no ensino superior ou outras orientações vocacionais. Os resultados escolares no ensino secundário exigem mais do que a simples constatação de que, "relativamente a anos anteriores, verifica-se que os resultados desceram". É que, segundo o quadro com a evolução por anos letivos entre 2008/2009 e 2013/2014, neste último ano, desceram mesmo significativamente no 12º ano (58,4 contra 77,5 do ano 2012/2013). Estes resultados terão certamente explicação, mas a verdade é que vão ao arrepio do que era suposto acontecer com a designada melhoria na articulação curricular entre ciclos como um dos argumentos para justificarem mega agrupamentos. Sobre o chamado ensino profissional, os resultados são bem demonstrativos de que o sucesso deste modelo não passa de uma frustração para os profissionais de ensino e de ilusórias expectativas profissionais para os alunos. Insisto como exemplo de pleno insucesso o curso de jardinagem que há muito deixou de ter sentido neste Agrupamento. Mas se os resultados escolares exigem muita reflexão, as causas da indisciplina não são menos merecedoras de atenção. Isto quando, como é afirmado no relatório, "a maior incidência de procedimentos continua a registar-se em turmas de ensino vocacional e verifica-se em alguns casos que as medidas não têm resultado pois as situações de infração repetem-se conduzindo a novos procedimentos". Episódios de indisciplina, que em alguns casos, lamentavelmente obrigaram a recorrer à Escola Segura, levando mesmo a assumir

neste documento que, “reconhecemos a nossa incapacidade para prevenir algumas situações anómalas”. Situação grave, que se reflete particularmente na escola sede com a identificação de 282 participações e 215 alunos envolvidos no 3º ciclo, enquanto no secundário as 93 participações envolveram 188 alunos. Não sendo o 2º ciclo um oásis, bem pelo contrário, com 63 participações para 64 alunos envolvidos, o 1º ciclo dá igualmente sinais preocupantes ainda que num universo escolar disperso, com 132 participações para 64 alunos envolvidos. Há naturalmente causas e razões para tudo isto. O reflexo da situação socioeconómica das famílias, o elevado número de alunos por turma e tantas outras, mas certamente que também não é alheia a falta de assistentes operacionais (a exemplo da António Dias Simões e do 1º ciclo com recurso a trabalhadores a tempo parcial ou em contratos de emprego e inserção – CEI). Pergunto mesmo, no caso do 1º ciclo, quando se registam 35 alunos postos fora da sala de aula e só 17 foram encaminhados para sala de estudo. A questão que se coloca é saber se nos restantes casos, não há sala de estudo ou se não há pessoal não docentes para dar o mais adequado acompanhamento e cumprimento à medida disciplinar mais usual e mais imediata para aliviar tensões e conseqüente desestabilização da restante turma no sentido de salvar mais uma aula. Preocupante ainda é constatar que até na atribuição das bolsas de mérito houve um retrocesso ao reduzir das 47 em 2012/2013 para 33 em 2013/2014. Situação eventualmente influenciada por todo este cenário que aqui estamos a analisar. Por último, e procurando não descontextualizar a frase, deixo aqui uma afirmação muito significativa: “Continuou-se a reflexão sobre a avaliação periódica dos alunos quer no conselho pedagógico quer nas estruturas intermédias. Efetivamente nem sempre da reflexão ressaltam estratégias que permitam alterar/corrigir situações mais complicadas”. Assim, permitam-me que partindo dos dados que nos são apresentados no relatório no capítulo dos resultados escolares, exponha que, entre outras possíveis conclusões, se considere que tais resultados começam a deixar indicadores do insucesso do modelo de agregação de escolas, particularmente em agrupamentos verticais, admitindo que os horizontais ainda poderiam ter algum sentido na organização e inter-relação entre escolas do mesmo ciclo, como o 1º ciclo e o pré-escolar. Os mega agrupamentos podem resultar na redução de custos, sobretudo com a rentabilização de mão-de-obra. No entanto do ponto de vista pedagógico, os resultados parecem não ser animadores nem positivos para sustentar tal caminho em nome de uma melhor articulação curricular, ainda que marcada por em certo retrocesso. Esta lógica economicista na educação está a arrastar a escola pública para um patamar de pobreza, que começa a exigir a atenção de todos para os erros que podem ser irrecuperáveis, resultantes desta construção abrupta e contranatura do modelo de gestão das escolas, que corre o risco, numa fuga para a frente, de aprofundar soluções ainda mais centralizadoras e descaracterizadoras do verdadeiro papel da escola e dos seus diferentes níveis e ciclos de ensino. Sem esquecer o fiasco da autonomia das escolas que não passou do papel. Para já um ponto de referência temos em mãos. Os elementos disponíveis sobre os resultados escolares,

deixam transparecer uma evolução preocupante que marca negativamente sobretudo o 3º ciclo e o secundário, que aparentemente estão a ser sacrificados por este próprio modelo de agregação que vem descaracterizando as riquezas e particularidades de escolas como as do então 2º e 3º e conseqüentemente as secundárias”, terminando a sua exposição lamentando o silêncio dos conselheiros, após a leitura do referido documento.

O Relatório mencionado foi aprovado por unanimidade.

Ponto três: Apreciação e aprovação do Plano Anual de Atividades para o ano letivo 2014/2015.

O Plano de Atividades foi analisado e aprovado por unanimidade.

Ponto Cinco: Temas diversificados que devem merecer atenção do Conselho Geral.

Neste, o conselheiro José Lopes manifestou a sua preocupação em relação ao amianto na Escola António Dias Simões (ADS). Referiu que as telhas estão bastante degradadas e com a chuva transformam-se em pó, entupindo as caleiras. Mencionou ainda que, o pavimento desta escola está bastante deteriorado. A este propósito, a Diretora mencionou que, o Conselho Geral deve preocupar-se com todas as escolas do Agrupamento e que as obras de remoção do amianto não se realizaram na referida escola devido a condições climáticas, no período de férias e, posteriormente, ao arranque do novo ano letivo, não podendo o mesmo ser removido durante o período de aulas. Acrescentou que, segundo informação dos técnicos especializados, enquanto o amianto não for removido, o problema com as pombas permanece e que a DGEST está a acompanhar a situação e que os técnicos da mesma referem que os muros desta escola não estão em risco de ruir. Informou também que, pediu orçamentos e que a Câmara Municipal de Ovar visitou a Escola ADS e está a elaborar um relatório sobre a situação. Quanto ao piso não há nada a fazer. O conselheiro Rui Polónia referiu que os bordos da chapa apresentam algumas fissuras. Assim, questionou a possibilidade da intervenção ser apenas neste aspeto, impedindo o seu processo de degradação. A Vereadora respondeu que não seria desejável, de acordo com a opinião dos especialistas. Quanto ao problema das pombas, a Vereadora afirmou que enquanto houver alimentação disponível, as pombas permanecerão na escola. A Diretora informou ainda que, as casas de banho na escola ADS estão quase prontas e que as obras foram realizadas com verbas do Agrupamento. Quanto aos temas debatidos em Conselho Geral, o conselheiro Francisco Bernardo disse que este órgão sempre se posicionou face às situações apresentadas. Acrescentou que realmente há situações que já foram debatidas, mas face à sua pertinência há necessidade de as retomar. A Diretora informou que, a Câmara Municipal de Ovar (CMO) ofereceu, pela primeira vez, os manuais escolares a todos os alunos do Primeiro Ciclo. Contudo, apesar destes terem sido oferecidos, há encarregados de educação que ainda não os levantaram. Acrescentou que o Agrupamento tem ajudado algumas famílias na compra de manuais escolares, nomeadamente, em caso de gémeos ou a famílias cuja situação económica

está bastante fragilizada. Contudo, realçou o facto de alguns encarregados de educação de alunos com escalão não quererem reutilizar os manuais usados. Também comunicou que o aluno recebe reforço alimentar sempre que a sua situação é diagnosticada pela direção/ professor titular/ diretor de turma, na condição do discente almoçar sempre na cantina. Aproveitou o momento para referir que todas estas informações teriam sido partilhadas anteriormente se houvesse o ponto informações na ordem de trabalhos. Relativamente ao assunto dos manuais escolares, o conselheiro Rui Polónia defende que a gratuitidade dos mesmos não deve ser uma cultura, pois, na sua opinião provoca o desperdício, envolve muito dinheiro e conduz a uma perspetiva do descartável. Acrescentou que, por vezes, os manuais escolares são as únicas obras científicas que alguns alunos têm em casa. Para este conselheiro, o banco de livros desresponsabiliza os encarregados de educação. Frisou ainda que há alunos que não adquirem os cadernos de atividades mas compram bens de marca. Ainda neste ponto, o conselheiro João Duarte referiu que em muitos países, a cultura do banco de livros está enraizada e que não são, apenas as famílias carenciadas que recorrem ao banco. Para terminar este assunto, a Vereadora informou que a Câmara Municipal de Ovar, apenas, ofereceu os manuais de Estudo do Meio, Português e Matemática aos alunos do Primeiro Ciclo e que os Cadernos de Atividades foram adquiridos pelos encarregados de educação. Seguidamente, abordou-se a temática dos alunos de etnia cigana, tendo o conselheiro José Lopes referido que, os professores sentem muitas dificuldades em lidar com as famílias destes alunos. Teme que os pais das crianças não ciganas, que se sentem ameaçadas, tenham atitudes xenófobas em relação aos alunos ciganos. De acordo com o conselheiro, há necessidade de se agir, quer haja mediadores quer não. A este propósito, a Diretora disse que as situações de ameaça já tinham sido identificadas e estavam no processo de resolução e que os alunos ciganos envolvidos seriam punidos de acordo com o estipulado no Regulamento Interno, pois as regras aí constantes são para todos os discentes. Reconhece que esta é uma situação complexa que tem envolvido vários técnicos na tentativa de se encontrarem soluções. Contudo, realçou o facto deste grupo, considerar que pode agir como quer; deu o exemplo de um aluno de etnia cigana não ter concluído o curso vocacional por não frequentar o estágio profissional. A Diretora deu conhecimento de algumas ações levadas a cabo, nomeadamente: reunião com algumas destas famílias; marcação de uma reunião com as técnicas da Câmara Municipal de Ovar e todos os elementos da comunidade cigana, agendada para o dia dez de outubro; a frequência de três alunas de ensino à distância num monobloco na Marinha, dinamizado por técnicos da Cruz Vermelha no âmbito do projeto **Agitana**.

A conselheira Teresa Andrade questionou a razão do mesmo não abranger todos os alunos de etnia cigana que estão inscritos na escola, uma vez que os mesmos contam com várias retenções no mesmo ano de escolaridade/ciclo por faltas. Esta situação continuar-se-á a repetir uma vez que a escolaridade é obrigatória e os alunos faltam às aulas. O conselheiro João Duarte, conhecedor desta realidade, mencionou que,

outrora, a comunidade cigana teve bastantes apoios da Segurança Social e que, atualmente, está a sofrer cortes e esta situação desagrada-a. Apesar de todos os esforços, levados a cabo, pela Câmara Municipal de Ovar (CMO) e pela Direção das escolas para os ajudar, a comunidade da Marinha está muito renitente à mudança. Este conselheiro frisou que a comunidade cigana deve ser respeitada, mas como cidadãos têm direitos e deveres e que no passado foi um grupo muito temido a quem tudo foi tolerado. Considera que este problema é estrutural e histórico, sendo necessário continuar a trabalhar nele com vista à resolução de tal problema tão complexo. Sobre esta questão, a Vereadora acrescentou que, a comunidade cigana da Marinha está descontrolada, necessitando, por isso, de uma intervenção urgente. Informou que esta comunidade se instalou na Marinha na década de 80 e que neste momento, há centenas de ciganos a viver na Marinha, sentindo-se abandonados. De acordo com a Vereadora, há dois núcleos nesta comunidade que não se entendem e para piorar a situação, os descendentes são, maioritariamente do sexo masculino, o que faz com que, se constituam novas famílias na Marinha.

Ponto quatro, Conclusão do Processo de Avaliação do Desempenho Docente da Diretora do Agrupamento de Escolas de Ovar.

Sobre este, a Presidente deste órgão informou que, ainda não recebeu resposta por parte da DGAE, ao segundo pedido de esclarecimento enviado no dia dois de maio de 2014. Então, perante a situação contactou telefonicamente a referida entidade que referiu que a resposta ao pedido de esclarecimento já tinha sido efetuada aquando da primeira solicitação, isto é, confirma-se o teor do ofício nº B14018304X, de 19.03.2014. De acordo com o referido, a Diretora deveria ter sido avaliada em 2012/2013 ou no máximo em 2013/2014 e esclareceu ainda que a avaliação externa tem que fazer parte do processo de avaliação. Face ao exposto e com vista à conclusão do processo, que já deveria ter sido concluído pelo Conselho Geral anterior, o presente Conselho Geral ultimou a proposta do Processo de Avaliação do Desempenho Docente da Diretora do Agrupamento de Escolas de Ovar. A mesma será enviada ao Presidente do Conselho Geral de Avaliação, de acordo com o previsto na Portaria 266/2012, Avaliação do desempenho docente dos diretores de escolas ou escolas não agrupadas com conhecimento prévio à visada.

Não estiveram presentes na reunião os seguintes conselheiros: Teresa Cruz, António Costa, António Gonçalves, Francisco Andrade, Manuel Silva e Cláudia Torres.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

Teresa Andrade/ Teresa Dias

A Presidente da Reunião

Maria de Lurdes Ferreira